

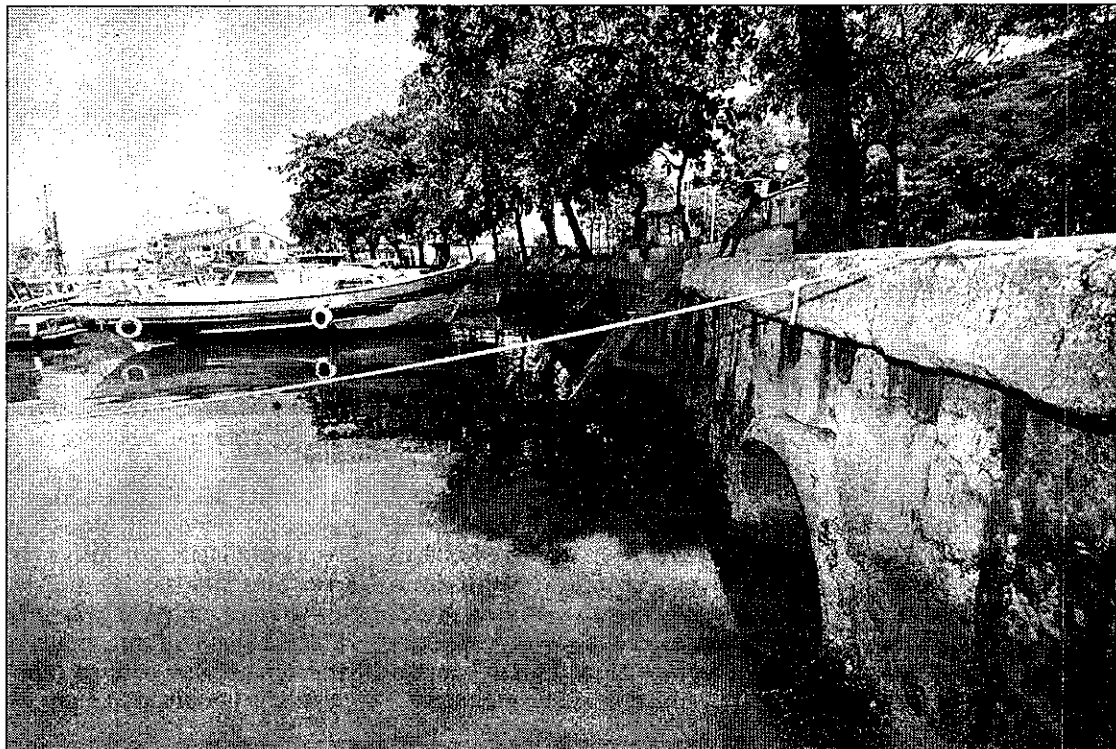
# Novas leis podem ajudar a impedir degradação da baía da Ilha Grande

Entre os projetos está a criação de cartão magnético para identificar visitantes

Marcelo Carnaval

Paula Autran e  
Paulo Roberto Araújo

• As embarcações de aluguel e os barcos de pesca que navegam na baía da Ilha Grande podem ser obrigados a retornar da ilha com o equivalente a um quilo de lixo por pessoa que carregam. Este é um dos treze projetos de lei do vereador Odir Duarte (PTB) que tramitam na Câmara de Angra dos Reis para tentar impedir a degradação das praias da região. Na Assembleia Legislativa do Rio, o deputado André Corrêa (PV) — que acaba de assumir sua vaga, após deixar a secretaria estadual de Meio Ambiente — apresenta hoje projeto propondo a criação do cartão verde da Ilha Grande: um cartão magnético e com fotografia para identificar os visitantes e ajudar no controle de quem pernoita no local.



TODO O ESGOTO da cidade de Angra é despejado sem tratamento em pontos como a Praia de São Bento

## Deputado quer unificar áreas de conservação

O projeto de Corrêa autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Estadual Marinho da Ilha Grande, unificando as três unidades de conservação existentes hoje na região, cada qual sob gestão de uma esfera do governo: Parque Estadual da Ilha Grande (IEF), Reserva Biológica da Praia do Aventureiro (Feema) e Área de Proteção Ambiental de Tamoios (Feema). Para administrá-lo, seria criado um conselho gestor paritário composto por ambientalistas, hoteleiros e pescadores, além de representantes da Capitania dos Portos, da prefeitura, dos governos federal e do estado.

O conselho teria quatro meses para estabelecer quantas pessoas podem pernoitar na ilha. Se não tiverem passagem de ida e volta de barca, todos os visitantes podem ter que apresentar o cartão de identificação e informar em que hotel estarão hospedados. Ainda de acordo com o projeto de lei

do deputado, as casas e hotéis da ilha teriam seis meses para providenciar sistemas de tratamento de esgoto que remova pelo menos 80% da carga orgânica despejada no mar.

No âmbito municipal, Odir Duarte, que é presidente da Comissão de Assuntos Estratégicos e Meio Ambiente da Câmara, propõe ainda que os navios petroleiros construídos há mais de 18 anos não mais carreguem ou descarreguem o óleo na baía. Os navios petroleiros que operarem naquelas águas podem passar também a ter que apresentar casco duplo.

— Os navios de qualquer nacionalidade que aportarem na baía ficarão proibidos ainda de ter seus cascos raspados ou sua água de lastro retirada para evitar que substâncias estranhas contaminem o ecossistema da região — disse Odir, acrescentando que nove dos seus projetos de lei ambientais foram aprovados pelos vereadores e seguem agora

para o gabinete do prefeito, Fernando Jordão, que tem 90 dias para sancioná-las ou não.

## Prefeitura precisa de dinheiro para projetos

A prefeitura de Angra dos Reis precisa de rios de dinheiro para resolver os problemas da baía de Ilha Grande. Segundo o secretário de Meio Ambiente da cidade, Rubem Dobler, o ideal seria que no mínimo 10% de grandes programas como o de despoluição da Baía de Guanabara fossem deslocados para lá, a fim de que os muitos projetos elaborados para resolver e prevenir os problemas na região pudessem ser implementados.

— Afinal, as correntes que saem da Guanabara e da baía de Sepetiba vem para cá e nos afetam. Fora isto, o tratamento de esgoto é nosso maior callo. Estamos tentando resolver uma questão que já tem 500 anos — explicou ele, anunciando que as obras das estações de tratamento do esgoto

sanitário dos rios Mambucaba e Perequê, que vão beneficiar 26 mil pessoas, começam esta semana. — Pela primeira vez na história de Angra conseguimos uma verba de R\$ 4 milhões do Governo Federal, dentro do programa Morar Bem, para um fim como este.

Segundo o secretário, a fase inicial de um projeto para canalizar e tratar o Rio do Choro, que recebe todo o esgoto da cidade e desemboca na baía, também já foi licitada. Mas o município precisa de mais parcerias. Dobler — que faz parte de uma comissão criada para adequar o município ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro — informa ainda que existe um projeto da prefeitura com a Marinha para submergir navios, transformando-os em criadouros de peixes:

— Também estamos ouvindo pesquisadores da UFRJ e da UFF, que tem conhecimento técnico para nos ajudar a resolver problemas como os do arrastão e do óleo derramado no mar. ▀